



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Assessoria Jurídica do Gabinete

PORTARIA Nº. 15/2022 – GAB/PGM

Institui Comissão Especial de Sindicância da Procuradoria-Geral do Município para apurar possíveis irregularidades.

Considerando o dever da Autoridade Administrativa que tiver ciência de irregularidade no serviço público promover a apuração imediata, mediante sindicância ou processo disciplinar;

Considerando o DESPACHO Nº 4/2022/PGM/ASSJUG do Gabinete da Procuradora-Geral;

Considerando a Comunicação Interna nº 915/2022 da Procuradoria Especial Judicial;

A **PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso I do artigo 64 da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021 e artigo 165 da Lei Complementar Municipal nº 011, de 11 de maio de 1992, resolve:

Art. 1º Instituir uma Comissão Especial de Sindicância da Procuradoria-Geral do Município para apurar possíveis irregularidades cometidas conforme Processo SEI nº 22.6.000000136-5.

Art. 2º Designar para compor a Comissão de que trata esta Portaria os servidores estáveis abaixo relacionados, com as respectivas funções:

- a) **Sávio Hercílio Vieira Torres**, Procurador do Município, matrícula nº 1317148-1, na função de Presidente;
- b) **Carlos Henrique Dias Rodrigues**, Guarda Civil Metropolitano, matrícula nº 924229, na função de Secretário;
- c) **Natasha Palma Garcia**, Procuradora do Município, matrícula nº 1334352-1, na função de Membro;

Art. 3º Além das atribuições inerentes a Comissão de Sindicância previstas em lei, compete a ela ainda requisitar informações, colher depoimentos e/ou subsídios que julguem necessários a instrução do processo de sindicância.

Art. 4º Os servidores de que trata o artigo 2º desta Portaria, acumularão as funções do processo de sindicância com o exercício regular de suas atribuições funcionais, durante o período em que estiverem em atividade nas funções da Comissão Especial.

Art. 5º A Comissão, ora composta, deverá iniciar suas atividades de imediato, concluindo-se com a apresentação de relatório quanto aos fatos apurados, no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez por igual período, em despacho fundamentado, a critério do titular da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 6º Todos servidores desta Procuradoria-Geral do Município, deverão colaborar com as investigações, implicando ilícito disciplinar a recusa, o retardamento ou a omissão de informações, documentos, etc., indispensáveis a instrução do processo de sindicância.

Art. 7º A Comissão Especial exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 8º Fica autorizada a coleta de informações e provas em processos administrativos em trâmite na Administração Municipal.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA ACCIOLY FAYAD

Procuradora-Geral do Município

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO, 06 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Accioly Fayad, Procuradora Geral do Município**, em 08/05/2022, às 05:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **0003563** e o código CRC **ED0802FB**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.6.000000136-5

SEI Nº 0003563v1

Criado por [m1317148](#), versão 2 por [m1317148](#) em 06/05/2022 17:48:38.